

COOPERATIVAS DE CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: PROPOSIÇÃO DO FRAMEWORK AIC-DRS

**CREDIT UNIONS AND SUSTAINABLE REGIONAL DEVELOPMENT: A
PROPOSAL FOR THE AIC-DRS FRAMEWORK**

Ciências Sociais Aplicadas • 10/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791610371](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791610371)

Claudemir Guga Ramos¹

Paulo Henrique Lisboa Pereira²

Jhenyffer Keli de Souza Evangelista³

RESUMO

O estudo examina a contribuição das cooperativas de crédito para o desenvolvimento regional sustentável, considerando a articulação entre mecanismos institucionais, econômicos e territoriais no contexto da Agenda 2030. Tem como objetivo propor um framework teórico capaz de explicar como esses mecanismos convertem a atuação cooperativa em capacidades de desenvolvimento. Metodologicamente, caracteriza-se como ensaio teórico, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentado em revisão narrativa e interpretativa da literatura nacional e internacional. A análise evidencia que inclusão financeira, governança democrática, capital social, capacidades organizacionais, inovação e articulação territorial produzem efeitos interdependentes, cuja efetividade é condicionada pelas características dos territórios. Como principal resultado, propõe-se o Framework Arquitetura Institucional Cooperativa para o Desenvolvimento Regional Sustentável (AIC-DRS) estruturado como um sistema multinível que integra mecanismos cooperativos, resultados intermediários e fatores contextuais. Conclui-se que a contribuição das cooperativas de crédito para o desenvolvimento regional sustentável depende da capacidade de articular recursos, relações institucionais e capacidades territoriais, oferecendo uma perspectiva integrada para compreender sua relação com a Agenda 2030.

Palavras-chave: Agenda 2030; Governança cooperativa; Inclusão financeira.

ABSTRACT

This study examines the contribution of credit unions to sustainable regional development, considering the interplay between institutional, economic, and territorial mechanisms within the

context of the 2030 Agenda. Its objective is to propose a theoretical framework capable of explaining how these mechanisms transform cooperative activities into development capacities. Methodologically, it is characterized as a theoretical essay with a qualitative and exploratory approach, grounded in a narrative and interpretive review of national and international literature. The analysis shows that financial inclusion, democratic governance, social capital, organizational capacities, innovation, and territorial coordination produce interdependent effects, the effectiveness of which is conditioned by the characteristics of the territories. As a key finding, this study proposes the Cooperative Institutional Architecture Framework for Sustainable Regional Development (AIC-DRS), structured as a multilevel system that integrates cooperative mechanisms, intermediate outcomes, and contextual factors. It is concluded that the contribution of credit unions to sustainable regional development depends on their ability to coordinate resources, institutional relationships, and territorial capacities, offering an integrated perspective for understanding their relationship with the 2030 Agenda.

Keywords: 2030 Agenda; Cooperative governance; Financial inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 consolidou uma concepção multidimensional de desenvolvimento ao reconhecer a interdependência entre prosperidade econômica, inclusão social, sustentabilidade ambiental e fortalecimento institucional (ONU, 2015). Nesse contexto, as cooperativas assumem particular relevância por constituírem organizações que articulam objetivos econômicos e sociais a partir de princípios de participação democrática, cooperação e

compromisso com a comunidade (ICA, 2020). Essa configuração institucional aproxima o cooperativismo dos desafios contemporâneos do desenvolvimento sustentável, sobretudo em territórios nos quais acesso a recursos financeiros, fortalecimento das atividades produtivas e capacidade de articulação entre atores locais permanecem desigualmente distribuídos.

No Brasil, essa discussão ganha relevância diante da expansão do cooperativismo de crédito no Sistema Financeiro Nacional. Segundo o Banco Central do Brasil (2025), o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo reúne mais de 19 milhões de cooperados, está presente em aproximadamente 58% dos municípios brasileiros e constitui, em centenas deles, a única instituição financeira com atendimento presencial. Essa capilaridade amplia a dimensão econômica e territorial das cooperativas de crédito e, simultaneamente, coloca em evidência sua capacidade potencial de contribuir para processos de inclusão financeira e desenvolvimento regional.

Paralelamente à expansão patrimonial e operacional do segmento, observa-se a incorporação crescente das agendas de sustentabilidade e ESG às estratégias organizacionais, embora persistam desafios relacionados à sua efetiva institucionalização nas práticas de governança (Ferraro; Cristiano; Veltri, 2024; PwC Brasil, 2022). Nessa perspectiva, a agenda ESG (Environmental, Social and Governance) pode ser compreendida como instrumento de operacionalização da sustentabilidade organizacional ao integrar dimensões ambientais, sociais e de governança às estratégias e aos processos decisórios das organizações (Zhang; Yang; Wang, 2024). No âmbito das cooperativas de crédito, essa integração assume significado particular, uma vez que seus princípios institucionais

associam desempenho econômico, participação dos cooperados e compromisso com as comunidades onde estão inseridas.

A literatura reconhece que as cooperativas de crédito podem ampliar a inclusão financeira, fortalecer economias locais, reduzir restrições enfrentadas por micro e pequenas empresas e favorecer processos de desenvolvimento regional (Jacques; Gonçalves, 2016; McKillop et al., 2020). Esses efeitos, contudo, não constituem consequência automática da natureza cooperativa. Sua materialização depende da qualidade da governança, das capacidades institucionais, da articulação com os atores territoriais e da orientação dos recursos financeiros para atividades capazes de gerar efeitos econômicos e sociais nos territórios (Ribas et al., 2022). Desse modo, a presença ou a expansão das cooperativas, isoladamente, não é suficiente para explicar sua contribuição ao desenvolvimento regional sustentável.

Essa constatação evidencia uma questão teórica relevante. Embora os estudos tenham avançado na compreensão das relações entre cooperativismo de crédito, inclusão financeira, expansão do crédito e desenvolvimento, parcela significativa da literatura examina esses fenômenos de maneira específica ou fragmentada. De forma semelhante, a aproximação entre cooperativismo e Agenda 2030 tende a enfatizar associações entre práticas organizacionais e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), permanecendo menos explorados os mecanismos por meio dos quais governança, cooperação, capital social, inclusão financeira, fortalecimento produtivo e capacidades institucionais se articulam na produção de resultados econômicos, sociais e territoriais sustentáveis.

A lacuna, portanto, não reside apenas na necessidade de identificar quais ODS apresentam aderência às atividades desenvolvidas pelas cooperativas de crédito, mas, sobretudo, em compreender como diferentes mecanismos institucionais, econômicos e territoriais interagem e convertem a atuação cooperativa em capacidades de desenvolvimento regional sustentável. Essa perspectiva desloca a análise de uma correspondência predominantemente descritiva entre cooperativismo e Agenda 2030 para uma interpretação explicativa das relações e dos mecanismos que podem conectar recursos financeiros, capacidades organizacionais, governança e condições territoriais.

Diante dessa problemática, formula-se a seguinte questão de pesquisa: como mecanismos institucionais, econômicos e territoriais associados à atuação das cooperativas de crédito se articulam para promover o desenvolvimento regional sustentável no contexto da Agenda 2030? A partir dessa questão, o estudo tem como objetivo propor um framework teórico capaz de explicar como esses mecanismos se articulam e convertem a atuação das cooperativas de crédito em processos de desenvolvimento regional sustentável.

A relevância do estudo situa-se, no plano teórico, na possibilidade de integrar dimensões frequentemente analisadas de maneira separada pela literatura, oferecendo uma estrutura conceitual para compreender as relações entre governança cooperativa, inclusão financeira, capital social, fortalecimento produtivo e capacidades institucionais. Sob a perspectiva prática, essa integração pode contribuir para uma compreensão mais consistente das condições pelas quais recursos, relações institucionais e capacidades organizacionais podem ser mobilizados em favor do desenvolvimento dos territórios, evitando pressupor que os

benefícios atribuídos ao cooperativismo decorram exclusivamente de sua natureza organizacional.

Para desenvolver essa proposição, realiza-se um ensaio teórico de natureza qualitativa, fundamentado em revisão narrativa e interpretativa da literatura nacional e internacional sobre cooperativismo de crédito, desenvolvimento regional, inclusão financeira e Agenda 2030. A análise articula estudos teóricos seminais, pesquisas empíricas e documentos institucionais relevantes, buscando identificar convergências, tensões e mecanismos explicativos que sustentem a construção conceitual proposta.

A partir desse percurso, o estudo desenvolve o Framework Arquitetura Institucional Cooperativa para o Desenvolvimento Regional Sustentável (AIC-DRS), concebido para integrar, em uma mesma estrutura analítica, os mecanismos pelos quais governança, cooperação, inclusão financeira, fortalecimento produtivo, inovação e capital social podem transformar recursos financeiros e capacidades institucionais em resultados econômicos, sociais e territoriais. Assim, mais do que estabelecer correspondências entre práticas cooperativas e ODS específicos, o framework busca oferecer uma interpretação sistêmica da contribuição potencial das cooperativas de crédito para o desenvolvimento regional sustentável no contexto da Agenda 2030.

2. COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO

A presente seção estrutura a fundamentação teórica a partir de três dimensões complementares do cooperativismo de crédito e de sua relação com o desenvolvimento regional. Inicialmente, discute-se o

papel da inclusão financeira e sua capacidade de ampliar oportunidades econômicas nos territórios; em seguida, examinam-se a governança cooperativa e as capacidades institucionais em sua articulação com a Agenda 2030. Por fim, realiza-se uma síntese crítica da literatura, evidenciando a lacuna integrativa e explicativa que fundamenta a proposição do Framework AIC-DRS.

2.1. Cooperativas de Crédito, Desenvolvimento Regional e Inclusão Financeira

As cooperativas de crédito ocupam uma posição particular nos sistemas financeiros por combinarem a oferta de serviços financeiros com características institucionais fundamentadas na propriedade coletiva, na gestão democrática e na orientação aos interesses dos associados. Diferentemente de organizações financeiras estruturadas prioritariamente em torno da remuneração do capital, essas instituições operam sob uma lógica na qual a participação dos membros, a proximidade territorial e a vinculação às comunidades constituem elementos relevantes de sua atuação (ICA, 2020; McKillop et al., 2020). Tais características ajudam a compreender por que o cooperativismo de crédito tem sido associado não apenas à intermediação financeira, mas também à inclusão financeira e à dinamização das economias locais.

A proximidade com os associados e o conhecimento das especificidades econômicas dos territórios podem favorecer a redução de assimetrias de informação e ampliar o acesso a serviços financeiros por segmentos que enfrentam maiores restrições no sistema bancário convencional. Nesse sentido, as cooperativas podem contribuir para a circulação e a retenção de recursos nos próprios territórios, ampliar possibilidades de financiamento e

fortalecer pequenos empreendimentos, aproximando sua atuação de dimensões relacionadas ao trabalho, à atividade produtiva, à inovação e à redução das desigualdades (Jacques; Gonçalves, 2016; McKillop et al., 2020).

No contexto brasileiro, essa relação adquire particular relevância diante das heterogeneidades econômicas e territoriais que caracterizam o acesso ao sistema financeiro. Estudos indicam que as cooperativas de crédito podem contribuir para o desenvolvimento regional ao fortalecer o desempenho econômico municipal, estimular atividades agropecuárias e ampliar capacidades produtivas da agricultura familiar mediante acesso ao crédito, mercados, tecnologias e assistência técnica. A articulação com políticas públicas e organizações locais também pode potencializar estratégias territoriais de desenvolvimento, aproximando os recursos financeiros das necessidades produtivas e sociais existentes em cada região (Ramos; Vieira Filho, 2023).

A inclusão financeira constitui, portanto, um dos principais mecanismos pelos quais essa contribuição pode ocorrer. Em razão de sua capilaridade e inserção em localidades menos atendidas pelo sistema bancário tradicional, as cooperativas podem ampliar o acesso aos serviços financeiros e reduzir restrições enfrentadas por pequenos produtores, trabalhadores autônomos, microempresas e outros agentes econômicos locais (Jacques; Gonçalves, 2016; McKillop et al., 2020). Essa atuação assume maior importância em municípios nos quais a presença cooperativa representa uma das poucas alternativas de atendimento financeiro presencial, contribuindo para reduzir desigualdades geográficas de acesso.

Entretanto, a ampliação do acesso ao crédito não deve ser interpretada, isoladamente, como evidência de desenvolvimento regional sustentável. Relações positivas entre presença cooperativa, expansão do crédito e desempenho econômico não estabelecem, por si mesmas, os mecanismos pelos quais os recursos financeiros são convertidos em capacidades econômicas e sociais duradouras. Os efeitos da atuação cooperativa dependem da qualidade da governança, da orientação territorial dos recursos, das capacidades institucionais e da articulação com políticas públicas e demais atores locais (Ribas et al., 2022).

Essa distinção torna-se particularmente relevante quando a inclusão financeira é compreendida para além de sua dimensão quantitativa. A ampliação do número de usuários ou das operações de crédito pode representar uma condição necessária, mas não suficiente, para a produção de resultados inclusivos. Sua efetividade também depende da adequação dos serviços às necessidades dos associados, da educação financeira, da sustentabilidade das operações e, sobretudo, da capacidade de transformar acesso financeiro em oportunidades econômicas consistentes. Cavinato e Capitani (2023) demonstram que as cooperativas de crédito rural apresentam níveis distintos de eficiência social, evidenciando que a identidade cooperativa, isoladamente, não assegura resultados socialmente eficientes.

Sob essa perspectiva, crédito e inclusão financeira deixam de ser compreendidos como resultados finais e passam a constituir mecanismos intermediários do desenvolvimento regional. Sua contribuição depende das condições pelas quais os recursos financeiros se articulam às capacidades produtivas, às estratégias locais, à aprendizagem, às relações institucionais e aos processos de

redução das desigualdades. Essa interpretação permite avançar de uma leitura centrada na disponibilidade de crédito para outra voltada aos mecanismos institucionais capazes de transformar recursos financeiros em capacidades de desenvolvimento.

2.2. Governança Cooperativa, Capacidades Institucionais e Agenda 2030

Se a inclusão financeira constitui um mecanismo relevante da atuação cooperativa, sua capacidade de produzir efeitos territoriais depende das estruturas institucionais que orientam a mobilização e a utilização dos recursos. Nesse sentido, a governança assume papel central, pois condiciona os processos decisórios, a participação dos associados, a coordenação de interesses e a relação da cooperativa com os demais atores do território. Propriedade coletiva, gestão democrática, educação cooperativista e compromisso com a comunidade aproximam os princípios cooperativos das concepções de instituições participativas, responsáveis e inclusivas presentes na Agenda 2030 (ICA, 2020; ONU, 2015).

Sob a perspectiva da economia solidária, Singer et al. (2022) compreendem a gestão democrática como um processo de aprendizagem coletiva capaz de fortalecer capacidades humanas e ampliar a participação social. Essa dimensão participativa encontra correspondência na abordagem de Putnam (1993), segundo a qual relações de confiança, reciprocidade e participação contribuem para a formação de capital social, reduzem custos de coordenação e ampliam a capacidade de ação coletiva. Aplicados ao cooperativismo de crédito, esses elementos ajudam a explicar como relações institucionais construídas em torno da confiança e da

participação podem favorecer estratégias compartilhadas de desenvolvimento.

A existência formal de estruturas democráticas, contudo, não assegura participação efetiva nem orientação territorial das decisões. À medida que as cooperativas expandem suas operações, profissionalizam a gestão e respondem a exigências regulatórias mais complexas, podem incorporar estruturas e práticas predominantes no sistema financeiro. Esse movimento pode ser interpretado à luz do isomorfismo institucional discutido por DiMaggio e Powell (1983). Embora a aproximação a padrões organizacionais consolidados possa ampliar eficiência, profissionalização e conformidade regulatória, também pode produzir tensões relacionadas à preservação de características distintivas do cooperativismo, como participação efetiva dos associados, proximidade territorial e autonomia local.

A governança cooperativa deve, portanto, ser compreendida não apenas como estrutura formal de controle, mas como mecanismo de coordenação capaz de conectar recursos organizacionais às necessidades e capacidades dos territórios. Essa perspectiva torna particularmente relevantes as relações estabelecidas com governos, universidades, organizações da sociedade civil e demais atores locais. Por meio dessas articulações, as cooperativas podem integrar crédito, educação financeira, assistência técnica, empreendedorismo e iniciativas de desenvolvimento comunitário (BCB, 2025). Evidências apresentadas por Souza, Bressan e Carrieri (2022) indicam que iniciativas dessa natureza podem ampliar os impactos sociais da atuação cooperativa quando associadas ao fortalecimento das capacidades humanas e das economias locais.

A existência de programas, parcerias ou iniciativas vinculadas à sustentabilidade, entretanto, não constitui isoladamente evidência de impacto. Sindelar, Barden e Cyrne (2025) identificam avanços na incorporação dos ODS pelas cooperativas brasileiras, mas ressaltam limitações relacionadas à mensuração de seus efeitos, particularmente diante da ausência de indicadores padronizados capazes de captar impactos territoriais. Essa questão recomenda cautela diante de associações diretas entre práticas cooperativas e determinados ODS, uma vez que aderência formal à Agenda 2030 e efetividade socioeconômica representam dimensões analiticamente distintas.

Governança, participação e parcerias podem, assim, ser compreendidas como mecanismos institucionais habilitadores, cuja efetividade depende da capacidade das organizações de mobilizar recursos, coordenar atores e adaptar estratégias às condições de cada território. Nessa perspectiva, as capacidades dinâmicas descritas por Teece (2018) oferecem uma lente complementar para compreender como as cooperativas podem identificar mudanças, incorporar tecnologias, reconfigurar competências e fortalecer redes institucionais diante de transformações econômicas, sociais e ambientais.

Essa interpretação amplia a relação entre cooperativismo de crédito e Agenda 2030. Em lugar de estabelecer apenas correspondências entre princípios cooperativos, práticas organizacionais e ODS específicos, torna-se necessário compreender os processos institucionais que conectam governança democrática, capital social, aprendizagem coletiva, capacidades organizacionais e parcerias territoriais. É a articulação entre esses mecanismos que pode potencializar a inclusão financeira, o fortalecimento produtivo e a

geração de capacidades econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento regional sustentável.

2.3. Síntese Crítica da Literatura e Lacuna Científica

A literatura examinada converge ao reconhecer que as cooperativas de crédito podem ampliar a inclusão financeira, fortalecer economias locais e favorecer processos de desenvolvimento regional (Jacques; Gonçalves, 2016; McKillop et al., 2020). Ao mesmo tempo, as evidências indicam que esses efeitos não decorrem automaticamente da presença ou da natureza jurídica dessas organizações, mas são condicionados pela qualidade da governança, pelas capacidades institucionais, pela articulação com atores territoriais e pelas especificidades econômicas e sociais dos contextos em que atuam (Ribas et al., 2022).

Essa constatação revela uma tensão importante na literatura. De um lado, encontram-se evidências sobre acesso ao crédito, inclusão financeira, eficiência social, governança, capital social, parcerias e contribuições associadas à Agenda 2030. De outro, esses elementos são frequentemente examinados como dimensões específicas do fenômeno, dificultando a compreensão das relações por meio das quais se combinam e produzem efeitos sobre o desenvolvimento regional. Assim, embora exista conhecimento acumulado sobre diferentes dimensões do cooperativismo de crédito, permanece menos desenvolvida sua integração em uma estrutura explicativa capaz de evidenciar as interdependências entre esses mecanismos.

Nesse sentido, predominam investigações concentradas em relações particulares entre cooperativismo, inclusão financeira, expansão do crédito ou Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Permanecem menos frequentes abordagens capazes de integrar governança, capital social, parcerias institucionais, inclusão financeira, fortalecimento produtivo e capacidades organizacionais em uma explicação sistêmica do desenvolvimento regional sustentável (Ramos, 2026). A lacuna identificada assume, portanto, natureza essencialmente integrativa e explicativa: não se limita à ausência de estudos sobre cada uma dessas dimensões, mas à necessidade de compreender os mecanismos e as relações que permitem sua articulação.

Essa perspectiva sugere que a contribuição das cooperativas de crédito não pode ser adequadamente compreendida apenas pela associação entre seus princípios organizacionais e determinados ODS, tampouco pela mensuração isolada de indicadores econômicos ou sociais. A compreensão do fenômeno requer considerar como capacidades organizacionais, recursos financeiros, governança, relações sociais e condições territoriais interagem na produção de resultados de desenvolvimento regional sustentável.

É a partir dessa lacuna que se estabelece a base conceitual deste ensaio. As cooperativas de crédito são compreendidas como instituições cuja contribuição potencial para o desenvolvimento regional depende da capacidade de articular governança democrática, cooperação, inclusão financeira, capital social e capacidades organizacionais. Essa leitura fornece o fundamento para avançar da identificação de efeitos isolados para a compreensão da arquitetura institucional que conecta esses mecanismos, sustentando teoricamente a construção do Framework AIC-DRS.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um ensaio teórico, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, desenvolvido a partir de revisão narrativa e interpretativa da literatura. A abordagem qualitativa mostra-se adequada quando o propósito da investigação está relacionado à compreensão e à interpretação de fenômenos e relações conceituais, considerando a natureza do problema e os objetivos da pesquisa (Creswell, 2014; Gil, 2019).

A opção pelo ensaio teórico decorre de sua adequação à problematização e à articulação conceitual, permitindo construir interpretações a partir do diálogo crítico entre diferentes perspectivas, sem se limitar à descrição da produção existente (Meneghetti, 2011). Nesse processo, a pesquisa bibliográfica fornece suporte à identificação, organização e análise crítica do conhecimento disponível, contribuindo para a construção lógica e fundamentada da argumentação científica (Gil, 2019; Gray, 2012; Medeiros, 2019)

A revisão contemplou literatura nacional e internacional relacionada ao cooperativismo de crédito, desenvolvimento regional, inclusão financeira, governança cooperativa, capital social, capacidades organizacionais e Agenda 2030. Foram priorizados artigos científicos, obras seminais e documentos institucionais pertinentes ao problema investigado. Por sua natureza narrativa, a revisão não pretendeu realizar levantamento exaustivo da produção científica, mas reunir contribuições teoricamente relevantes para a construção do argumento.

A análise ocorreu de forma interpretativa, mediante identificação de convergências, complementaridades, tensões e lacunas entre as contribuições selecionadas. Por se tratar de um ensaio teórico, não

houve coleta de dados primários nem validação empírica, concentrando-se o percurso metodológico na análise crítica e na articulação conceitual da literatura que sustenta a discussão desenvolvida nas seções subsequentes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção apresenta e discute os resultados da análise teórica, avançando da interpretação das cooperativas de crédito como arquiteturas institucionais do desenvolvimento regional para a proposição do Framework AIC-DRS. Inicialmente, são integrados os mecanismos institucionais, organizacionais e territoriais identificados na literatura; em seguida, explicita-se a estrutura multinível do framework e suas relações com a Agenda 2030. Por fim, formulam-se três proposições teóricas que sintetizam as relações centrais do modelo e estabelecem uma base conceitual para sua posterior investigação empírica.

4.1. Cooperativas de Crédito Como Arquitetura Institucional do Desenvolvimento Regional

A análise da literatura evidencia que a contribuição das cooperativas de crédito para o desenvolvimento regional não pode ser explicada exclusivamente pela ampliação do crédito ou pela inclusão financeira. Esses elementos representam mecanismos relevantes, mas seus efeitos dependem da forma como são articulados à governança, às capacidades organizacionais, ao capital social e às condições territoriais. Essa interpretação requer uma abordagem capaz de integrar instituições, organizações e processos de coordenação.

Sob essa perspectiva, a Teoria Institucional oferece fundamento para compreender as instituições como estruturas que estabelecem regras, organizam incentivos, reduzem incertezas e condicionam as interações entre os agentes (North, 1990). As cooperativas de crédito podem, assim, ser interpretadas para além de sua função de intermediação financeira, constituindo arranjos institucionais nos quais regras de participação, estruturas de governança e mecanismos de coordenação influenciam a mobilização e a destinação de recursos nos territórios.

Essa interpretação converge com Ostrom (1990), ao demonstrar que instituições voltadas à ação coletiva podem favorecer a coordenação de interesses e a construção de soluções cooperativas para problemas comuns. No cooperativismo de crédito, essa lógica manifesta-se na interação entre governança democrática, participação dos associados e coordenação de interesses econômicos e sociais. O capital social complementa essa dinâmica, na medida em que relações de confiança, reciprocidade e participação podem favorecer a cooperação e reduzir custos de coordenação entre indivíduos e organizações (Putnam, 1993).

Entretanto, instituições e relações cooperativas não produzem, por si mesmas, resultados de desenvolvimento. A transformação de recursos e oportunidades em resultados econômicos e sociais também depende das capacidades organizacionais para reconhecer mudanças, mobilizar competências e reconfigurar estratégias. Nessa direção, a perspectiva das capacidades dinâmicas contribui para explicar como as organizações identificam oportunidades e ameaças e reorganizam recursos diante das transformações do ambiente (Teece, 2018).

A articulação dessas perspectivas permite interpretar a inclusão financeira como mecanismo intermediário, e não como resultado final do desenvolvimento. O acesso ao crédito pode ampliar oportunidades econômicas, mas sua capacidade transformadora depende da interação com educação financeira, inovação, fortalecimento produtivo, capacidades organizacionais e redes de cooperação. Essa interpretação aproxima-se da concepção de desenvolvimento de Sen (2010), centrada na ampliação das capacidades e oportunidades dos indivíduos.

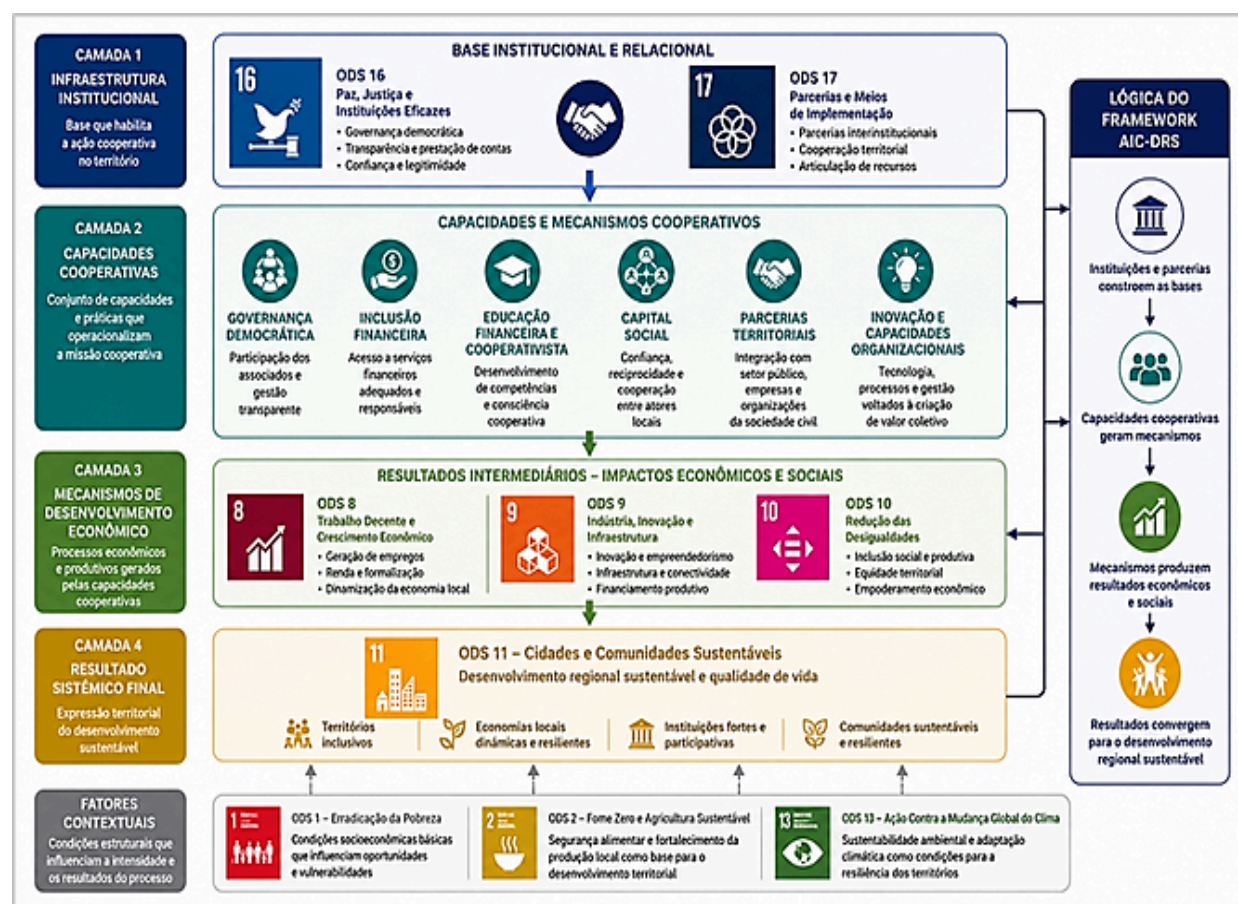
Os resultados da análise sugerem, portanto, que governança democrática, capital social, capacidades organizacionais, inclusão financeira, educação cooperativista, inovação e articulação territorial constituem mecanismos interdependentes. Essa constatação permite compreender as cooperativas de crédito como arquiteturas institucionais capazes de coordenar recursos, atores e capacidades em favor do desenvolvimento regional sustentável, deslocando a análise dos efeitos isolados para as relações que os produzem.

4.2. Framework AIC-DRS: Arquitetura Institucional Cooperativa

A partir dessa interpretação, propõe-se o Framework AIC-DRS, para demonstrar uma Arquitetura Institucional Cooperativa para o Desenvolvimento Regional Sustentável. O modelo parte da premissa de que a contribuição das cooperativas de crédito para a Agenda 2030 decorre menos da atuação isolada sobre determinados ODS e mais da capacidade de integrar mecanismos institucionais, organizacionais e territoriais capazes de produzir efeitos interdependentes sobre o desenvolvimento regional sustentável.

A Figura 1 sintetiza essa proposição ao representar o Framework AIC-DRS como um sistema institucional multinível. Diferentemente de uma associação direta entre práticas cooperativas e ODS específicos, o modelo evidencia relações entre governança, capacidades cooperativas, desenvolvimento econômico e transformação territorial, considerando que seus efeitos emergem da interação entre esses componentes.

Figura 1. Arquitetura do Framework AIC-DRS para o desenvolvimento regional sustentável



Fonte: Adaptado de Ramos (2026).

O framework organiza essas relações em quatro camadas analíticas complementares. A primeira corresponde à Base Institucional e Relacional, representada pelos ODS 16 e 17, que estabelece condições de governança, legitimidade institucional, cooperação e articulação entre atores territoriais.

Sobre essa base desenvolvem-se as Capacidades e Mecanismos Cooperativos, que constituem o núcleo explicativo do modelo e abrangem governança democrática, inclusão financeira, educação financeira, capital social, inovação, parcerias e capacidades organizacionais. Esses mecanismos representam os meios pelos quais recursos financeiros, institucionais e relacionais podem ser mobilizados e convertidos em capacidades de desenvolvimento.

A terceira camada corresponde aos Resultados Intermediários, associados aos ODS 8, 9 e 10, expressos na ampliação das oportunidades econômicas, no fortalecimento da inovação, na dinamização produtiva e na redução das desigualdades. A convergência dessas dimensões conduz ao ODS 11, compreendido no framework como expressão sistêmica do desenvolvimento regional sustentável.

O modelo reconhece, ainda, fatores contextuais, representados pelos ODS 1, 2 e 13, relacionados às condições de vulnerabilidade social, estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental dos territórios. Esses elementos condicionam a intensidade e a efetividade das relações propostas, reforçando que os efeitos da atuação cooperativa não são uniformes nem independentes do contexto territorial.

A contribuição analítica do Framework AIC-DRS reside, portanto, na integração desses elementos em uma mesma arquitetura institucional. Governança, capital social, inclusão financeira, inovação e cooperação deixam de representar iniciativas independentes e passam a constituir mecanismos complementares de coordenação territorial, capazes de conectar recursos financeiros a capacidades econômicas, sociais e institucionais.

4.3. Proposições Teóricas do Framework AIC-DRS

A articulação entre os mecanismos identificados permite formular três proposições teóricas que explicitam as relações centrais do modelo:

- P1. A contribuição das cooperativas de crédito para o desenvolvimento regional é potencializada quando mecanismos de inclusão financeira são articulados à governança democrática cooperativa, à educação cooperativista e ao fortalecimento das capacidades humanas.
- P2. A interação entre governança cooperativa, capital social, inovação e parcerias institucionais amplia a capacidade das cooperativas de promover desenvolvimento econômico, inclusão produtiva e redução das desigualdades territoriais.
- P3. Os impactos das cooperativas sobre os ODS decorrem da interação sistêmica entre mecanismos institucionais, econômicos e territoriais, e não da contribuição isolada para objetivos específicos da Agenda 2030.

Nesse contexto, as proposições reforçam a interpretação das cooperativas de crédito como estruturas institucionais cuja contribuição potencial ao desenvolvimento depende da complementaridade entre mecanismos, capacidades e condições territoriais. O Framework AIC-DRS oferece, dessa forma, uma explicação integrada para relações que aparecem fragmentadas na literatura e estabelece uma estrutura conceitual passível de investigação empírica posterior.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo responde à questão de pesquisa ao demonstrar, em perspectiva teórica, que a contribuição das cooperativas de crédito para o desenvolvimento regional sustentável decorre da articulação entre mecanismos institucionais, econômicos e territoriais. Essa contribuição não resulta automaticamente da natureza cooperativa ou da oferta de serviços financeiros, mas da capacidade de coordenar recursos, relações e capacidades em uma arquitetura institucional orientada às particularidades e às necessidades dos territórios.

O objetivo proposto é atingido com a construção do Framework AIC-DRS, que oferece uma interpretação integrada das relações entre cooperativismo de crédito, desenvolvimento regional e Agenda 2030. Como principal avanço teórico, o framework desloca a análise de associações isoladas entre práticas cooperativas e ODS específicos para a compreensão dos mecanismos e das relações que podem transformar a atuação cooperativa em capacidades de desenvolvimento.

As três proposições derivadas do framework encontram sustentação na articulação conceitual desenvolvida no ensaio, mas não são consideradas confirmadas, uma vez que não foram submetidas à validação empírica. Constituem, portanto, relações teoricamente fundamentadas e passíveis de investigação, oferecendo uma base analítica para examinar como diferentes configurações institucionais e territoriais condicionam os efeitos da atuação das cooperativas de crédito.

No campo teórico, o estudo contribui ao integrar perspectivas que permanecem predominantemente fragmentadas na literatura e ao propor uma arquitetura explicativa para as relações entre

cooperativismo de crédito e desenvolvimento regional sustentável. No campo aplicado, o Framework AIC-DRS oferece subsídios para cooperativas, gestores e demais atores territoriais identificarem mecanismos cuja articulação pode favorecer estratégias de desenvolvimento mais integradas e coerentes com a Agenda 2030.

A natureza teórica, qualitativa e não exaustiva da revisão constitui a principal limitação do estudo e restringe a generalização das relações propostas. Pesquisas futuras podem avançar mediante validação qualitativa do framework com especialistas e atores do cooperativismo, seguida de estudos quantitativos capazes de testar suas proposições, desenvolver indicadores para os construtos e comparar sua aplicação em diferentes sistemas cooperativos e contextos territoriais.

Conclui-se que o principal avanço do Framework AIC-DRS está em compreender o cooperativismo de crédito não apenas pelos resultados financeiros ou sociais que produz, mas pela arquitetura institucional que conecta mecanismos cooperativos, capacidades e território. Essa perspectiva estabelece uma base teórica para compreender como a atuação cooperativa pode ser convertida em desenvolvimento regional sustentável e, simultaneamente, abre um caminho empiricamente verificável para o avanço desse campo de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo:** data-base dezembro de 2024. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2025. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama?ano=2025>. Acesso em: 12 ago. 2026.

CAVINATO, N. R.; CAPITANI, D. H. D. Eficiência social das cooperativas de crédito rural no Brasil: uma análise sob a ótica regional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 2, p. 429–455, 2023. DOI: 10.1590/1982-3533.2023v32n2art08.

CRESWELL, J. W. Investigação qualitativa & projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, Washington, DC, v. 48, n. 2, p. 147–160, 1983.

FERRARO, O.; CRISTIANO, E.; VELTRI, S. The quality of voluntary sustainability reports in the Italian cooperative credit banks. **Journal of Co-operative Organization and Management**, Amsterdam, v. 12, n. 1, art. 100230, 2024. DOI: 10.1016/j.jcom.2024.100230.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

INTERNATIONAL COOPERATIVE ALLIANCE. **Cooperative identity, values & principles**. Brussels: ICA, 2020. Disponível em: <https://ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>. Acesso em: 11 set. 2026

JACQUES, E. R.; GONÇALVES, F. O. Cooperativas de crédito no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 489–509, 2016. DOI: 10.1590/1982-3533.2016v25n2art8.

MCKILLOP, D. G. *et al.* Cooperative financial institutions: a review of the literature. **International Review of Financial Analysis**, Amsterdam, v. 71, art. 101520, 2020. DOI: 10.1016/j.irfa.2020.101520.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320–332, mar./abr. 2011. DOI: 10.1590/S1415-65552011000200010.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2015.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PUTNAM, R. D. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PWC BRASIL. **Panorama do ESG nas cooperativas de crédito**. São Paulo: PwC Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/temas-atuais/esg.html>. Acesso em: 10 ago. 2026.

RAMOS, C. G. **Agenda 2030 e cooperativas de crédito: reflexões para um modelo teórico de desenvolvimento regional sustentável.** Juína: Instituto Federal de Mato Grosso, 2026. Manuscrito para discussão, não publicado.

RAMOS, É. B. T.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Desenvolvimento regional da agricultura familiar: cooperativismo e associativismo. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 77, e052023, 2023. DOI: 10.5935/0034-7140.20230005.

RIBAS, W. P. *et al.* Cooperative organization and its characteristics in economic and social development (1995–2020). **Sustainability**, Basel, v. 14, n. 14, art. 8470, 2022. DOI: 10.3390/su14148470.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SINDELAR, F. C. W.; BARDEN, J. E.; CYRNE, C. C. S. Cooperativas gaúchas e o desenvolvimento local. **Geosul**, Florianópolis, v. 40, n. 94, p. 189–217, set./dez. 2025. DOI: 10.5007/2177-5230.2025.e94960.

SINGER, P. *et al.* **Economia solidária: introdução, história e experiência brasileira.** São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2022.

SOUZA, G. H. D.; BRESSAN, V. G. F.; CARRIERI, A. P. Cooperativas de crédito como negócios de impacto: o caso da Sicoob Credichapada. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 19, n. 50, p. 36–59, jan./mar. 2022. DOI: 10.5007/2175-8069.2022.e78951.

TEECE, David J. Business models and dynamic capabilities. *Long Range Planning*, Amsterdam, v. 51, n. 1, p. 40–49, 2018. DOI:

ZHANG, N.; YANG, C.; WANG, S. Research progress and prospect of environmental, social and governance: a systematic literature review and bibliometric analysis. **Journal of Cleaner Production**, v. 447, art. 141489, 2024. DOI: 10.1016/j.jclepro.2024.141489.

¹ Professor Doutor do Curso Superior de Administração do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso *Campus Juína*. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Discente do Curso Superior de Administração do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso *Campus Juína*. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Discente do Curso Superior de Administração do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso *Campus Juína*. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)